

01/03/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.626 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. AYRES BRITTO
PACTE.(S)	: JEFERSON ALVES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. FURTO. CONFIGURAÇÃO. OBJETO MATERIAL DO DELITO. DOIS SUÍNOS ABATIDOS E AS CARNES CONSUMIDAS PELAS FAMÍLIAS DOS ACUSADOS. CONDUTA DESPROVIDA DE RELEVÂNCIA PENA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Cogitando-se de delito contra o patrimônio – bem jurídico tutelado desde a cabeça do art. 5º da CF/88 com o nome de “propriedade” –, seu lógico pressuposto é a força de infligir efetivo dano a um terceiro que se encontre na condição de senhor de coisa material subtraída. O que deixa de ocorrer se a “res” alheia é daquelas quase que totalmente privadas de aptidão para se converter em pecúnia, porque, aí, seu eventual titular já não sofrerá verdadeiro desfalque patrimonial; senão por modo insignificante.

2. Há situações em que o delito não se configura senão quanto à sua teórica adequação à respectiva descrição normativa, pois o certo é que, no plano dos fatos, é praticamente nulo o desfalque patrimonial experimentado pela vítima, como praticamente nula a sua expectativa quanto à punição do acusado.

3. No caso, a subtração (e o abatimento para consumo) de dois porcos é, sob o ângulo penal, nada ou prejuízo tão insignificante a ponto de excluir a própria tipicidade material da conduta do agente e, por conseqüência, o direito estatal de punir. Equivale a falar: os fatos imputados ao paciente não tiveram a força de agredir, materialmente, o tipo penal incriminador. Revelam muito mais uma situação de extrema carência material dos agentes do que mesmo uma firme intenção e menos ainda toda uma crônica de vida delituosa. Pena de se provocar a mobilização de u’a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste para

HC 97.626 / RS

afinal não ter o que substancialmente tutelar.

4. Ordem concedida para reconhecer a atipicidade penal da conduta protagonizada pelo paciente e cassar o decreto condenatório. Decisão estendida aos co-réus.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em conceder a ordem, o que fazem nos termos do voto do Relator e por maioria de votos, em sessão presidida pelo Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas. Vencida a Ministra Ellen Gracie e o Ministro Joaquim Barbosa.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO AYRES BRITTO

-

RELATOR

01/03/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.626 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
PACTE.(S) : JEFERSON ALVES
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Trata-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão do relator do Recurso Especial 1.028.768, no Superior Tribunal de Justiça. Decisão singular que proveu parcialmente o recurso do órgão acusatório para afastar “a forma privilegiada do furto qualificado” e determinar o redimensionamento da pena imposta.

2. Pois bem, a Defensoria Pública da União sustenta, aqui, a tese da atipicidade da conduta increpada ao paciente. O que faz sob a alegação de que, “no crime de furto cometido pelo paciente, o montante do dano patrimonial ocasionado (R\$ 160,00, auto de avaliação [...]), é irrisório, ínfimo para ser considerado como socialmente danoso e apto a gerar a aplicação de uma pena privativa de liberdade” (fls. 03). Onde o pedido de concessão da ordem, formulado para o reconhecimento da atipicidade da conduta supostamente protagonizada pelo paciente.

3. Continuo nesta narrativa da causa para anotar que o paciente foi denunciado pelo delito de furto qualificado, nos termos seguintes (fls. 07/08 do apenso):

“[...] os denunciados, que foram de bicicleta até a propriedade do Sr. Tarcísio Bolsan (local onde trabalha Antônio da Luz Soares), após cortarem os fios da cerca dos fundos do imóvel, adentraram na aludida propriedade e, ato contínuo, abateram dois suínos, com a utilização de um ‘martelão’ [...]. Após, os denunciados dividiram a *res furtiva*.

O denunciado Jéferson Alves foi preso em flagrante na sua

HC 97.626 / RS

residência, local onde foi apreendida parte da carne suína, instrumentos e vestimentas utilizados na prática do ilícito.

[...]"

4. Interrogado pela autoridade judiciária, o paciente, com 21 anos na data do fato, confessou a subtração da carne suína, nos termos seguintes (fls. 129 do apenso):

"Foi convidado por Luiz Cláudio e Ivan para ir ao local buscar uma carne, furtar a carne. Foram até o local de bicicleta, entraram pelos fundos da propriedade cortando os fios de uma cerca e mataram dois porcos com um martelo. Carnearam os porcos no local. Foi o depoente quem usou o martelo para matar os porcos [...]. Após, o depoente foi embora para a sua casa levando sua parte da carne [...]. Trabalhava no caminhão de lixo".

5. No mesmo tom, o co-réu Ivan Luis Correa declarou que (fls. 130 do apenso):

"Mataram dois porcos, carnearam no local, utilizando de um martelo para matar os suínos. [...] A carne seria usada para consumo próprio dos réus. Não era bastante carne para consumo próprio, tem bastante gente em sua casa, seis pessoas".

6. Prossigo neste relato da causa para anotar que, tão-somente após o interrogatório do paciente, o Juízo processante deferiu o pedido de liberdade provisória, formulado pela defesa. Sendo certo que ele, paciente, compareceu aos atos processuais subseqüentes.

7. Seguido o devido *iter* processual, a denúncia foi julgada procedente; e o paciente, condenado à pena de dois anos e quatro meses de reclusão e multa. Do que se seguiu o apelo defensivo. Recurso julgado parcialmente procedente para reconhecer a incidência do privilégio do § 2º do art. 155 do CP. Privilégio rechaçado pelo Superior Tribunal de

HC 97.626 / RS

Justiça, em sede extraordinária.

8. Avanço para consignar que deferi a medida liminar requestada. O que fiz para suspender os efeitos da condenação do paciente nos Autos nº 147/2.06.0000244-1 (Vara Judicial de Restinga Seca/RS).

9. À derradeira, anoto que a Procuradoria-Geral da República opinou pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.

* * * * *

01/03/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.626 RIO GRANDE DO SUL

V O T O**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Feito o relatório, passo ao voto. Fazendo-o, anoto que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta da incidência das normas penais incriminadoras aquelas condutas cuja inexpressiva agressão ao bem jurídico tutelado inviabiliza a própria instauração da persecução criminal. Por amostra, reproduzo trecho da ementa do HC 84.412, da relatoria do ministro Celso de Mello:

“[...]”

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL.

- O princípio da insignificância- que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina.

Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.

O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: ‘DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR’.

- O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima

HC 97.626 / RS

circunstância de que a **privação** da liberdade e a **restrição** de direitos do indivíduo **somente** se justificam **quando estritamente necessárias** à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, **notadamente** naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, **impregnado de significativa lesividade**.

O direito penal **não se deve ocupar** de condutas que produzam resultado, **cujo desvalor** - por não importar **em lesão significativa** a bens jurídicos relevantes - **não represente**, por isso mesmo, prejuízo importante, **seja** ao titular do bem jurídico tutelado, **seja** à integridade da própria ordem social.

[...]"

12. Com efeito, cogitando-se de delito contra o patrimônio – bem jurídico tutelado desde a cabeça do art. 5º da CF/88 com o nome de “propriedade” –, seu lógico pressuposto é a força de infligir efetivo dano a um terceiro que se encontre na condição de senhor de coisa material subtraída. O que deixa de ocorrer se a “res” alheia é daquelas quase que totalmente privadas de aptidão para se converter em pecúnia, porque, aí, seu eventual titular já não sofrerá verdadeiro desfalque patrimonial; senão por modo insignificante.

13. Tal forma de interpretação conduz para além de uma desnecessária carcerização, ao descongestionamento de uma Justiça Penal que se deve ocupar apenas de infrações tão lesivas a bens jurídicos dessa ou daquela pessoa quanto aos interesses societários em geral. Estou a dizer: há situações em que o delito não se configura senão quanto à sua teórica adequação à respectiva descrição normativa, pois o certo é que, no plano dos fatos, é praticamente nulo o desfalque patrimonial experimentado pela vítima, como praticamente nula a sua expectativa quanto a punição do acusado.

14. Certo, não se nega o caráter dual da aplicabilidade do princípio. Se, de um lado, revelam-se patentes a necessidade e a utilidade da consideração da insignificância, por outro, é imprescindível que sua aplicação se dê de maneira criteriosa. Isso para evitar que a tolerância

HC 97.626 / RS

estatal vá além dos limites do razoável em função dos bens jurídicos envolvidos. É falar: todo cuidado é preciso para que a insignificância como verdadeiro “indiferente penal” não seja aplicada para estimular condutas atentatórias da legítima esfera de interesses tanto dos supostos agentes passivos quanto da sociedade como um todo.

15. Presente essa moldura teórica, pondero que, no caso *sub judice*, é necessário saber se o furto (e o abatimento para consumo) de dois porcos pode, ou não, ser considerado como infração de bagatela. Nonada, ou prejuízo tão irrisório ao ponto de excluir a própria tipicidade material da conduta do agente e, por consequência, o direito estatal de punir.

16. Muito bem. Aqui, atento às peculiaridades do caso, tenho por imperiosa a aplicação do princípio da insignificância penal. É que os fatos atribuídos ao paciente não tiveram a força de agredir, materialmente, o tipo penal incriminador; ou seja, para que se dê a incidência da norma penal, não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo em causa. Pena de se provocar a mobilização de u’a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste para afinal não ter o que substancialmente tutelar.

17. Esse o quadro, concedo a ordem. O que faço para reconhecer a atipicidade penal da conduta protagonizada pelo paciente e, portanto, cassar o decreto condenatório. Decisão que estendo aos co-réus Ivan Luis Correa e Luiz Cláudio Moraes Gomes, na forma do art. 580 do CPP.

18. É como voto.

* * * * *

01/03/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.626 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Eu peço vênias ao Ministro Britto porque eu penso que a legislação penal prevê mecanismos para minorar, para ponderar, para balancear todos esses aspectos aí relacionados à eventual miserabilidade dos autores dessa conduta.

De modo que, pedindo vênias, denego a ordem.

01/03/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.626 RIO GRANDE DO SUL

V O T O

A Senhora Ministra Ellen Gracie - Eu também vou pedir vênua ao Ministro Carlos Britto, mas sigo na linha da divergência. Até porque a crueldade contra animais está configurada.

Ellen Gracie



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 97.626

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO

PACTE.(S) : JEFERSON ALVES

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Concedida a ordem, por maioria, nos termos do voto do Relator, vencida a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falou pelo Ministério Público o Dr. Mário José Gisi. **2ª Turma**, 01.03.2011.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador